

[Handwritten signature]

Concurso Público N.º 07/2023/BS

(artigos 20.º, n.º 1, alínea a) e 130.º a 154.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)

"Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético."



Programa do Procedimento

Cláusula 1.ª

Identificação do concurso

O presente concurso público, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 20.º, n.º 1, alínea a), ambos do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), tem por objeto o fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético, classificados no Regulamento nº 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, nº L 340, de 18 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, nº L 74, de 15 de Março de 2008, com o seguinte código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV): 09130000-9, Petróleo e destilados.

Cláusula 2.ª

A entidade adjudicante é a Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A. (Vimágua), com sede na Rua Rei do Pegú, n.º 172, União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, 4810-025 Guimarães, com o número de telefone 253439560 e de Fax 253410444, com endereço eletrónico vimagua@vimagua.pt, site <http://www.vimagua.pt>.

Cláusula 3.ª

Plataforma eletrónica

1. O procedimento decorre na plataforma eletrónica Acingov, em <https://www.acingov.pt>, onde devem ser apresentados as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, solicitadas as pronúncias e pedidos de esclarecimento, e respetivos documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.
2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente, deverão ser assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade, ao abrigo da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 4.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Vimágua, datada de 29/03/2023, nos termos e ao abrigo do disposto nos artºs 36º, 130º e ss. do CCP.



Cláusula 5.ª

Fundamentação da escolha do procedimento

O presente Procedimento é efetuado ao abrigo do Critério de escolha definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a), do CCP.

Cláusula 6.ª

Esclarecimentos e erros e omissões

1. Quaisquer esclarecimentos, e ou erros e omissões relativamente a este Programa de Concurso e ao Caderno de Encargos que o integra, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. As respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.
3. De acordo com a alínea a) do n.º 5 do Artigo 50.º do CCP, compete ao júri do procedimento responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.
4. Compete órgão identificado na cláusula 4.ª do presente Programa responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior.

Cláusula 7.ª

Documentos que constituem a proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo. Deste modo, deverá o concorrente apresentar, sob pena de exclusão da proposta, os seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online (por carregamento do ficheiro "espd-request.xml" e seguindo as instruções fornecidas no Anexo II:
 - i. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - ii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra;
 - iii. Deve ser enviado em ficheiro pdf.
- b) Documento com a indicação de preços e descontos aplicar, conforme modelo constante do **Anexo VI** ao presente programa do concurso, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- c) Lista de postos de abastecimento dos concelhos de Guimarães e Vizela, com os respetivos endereços e contactos telefónicos;
- d) Nos documentos que integram a proposta, o concorrente deverá apresentar, sob pena de exclusão, a documentação técnica que permita avaliar a conformidade dos produtos propostos com as respetivas especificações técnicas do Caderno de Encargos;

- e) Constarão da proposta os preços unitário e total, o qual não poderá ultrapassar o preço base definido, mencionando-se expressamente que a este acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- f) Outros documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (alínea b) do n.º 1 do artigo 57º) e que possam ser considerados relevantes para melhor avaliação da proposta, devidamente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- g) A omissão ou a informação insuficiente ou não explícita que impossibilite a comprovação das características técnicas obrigatórias, implicará, automaticamente, a eliminação da proposta respetiva.

2. A proposta deve mencionar expressamente que aos valores apresentados acresce o IVA, indicando-se a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que os mesmos não incluem aquele imposto.

3. Na proposta o concorrente terá de respeitar as referências que constam do caderno de encargos, por cada bem objeto do presente procedimento.

4. A proposta, deverá ser, obrigatoriamente, redigida em língua portuguesa.

Cláusula 8.ª

Modo de apresentação da proposta

1. O ficheiro em formato digital com a proposta e os documentos que a acompanham deverá ser carregado na Plataforma eletrónica de contratação pública adotada pela Vimágua (AcinGov);
2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade.
3. Deverão os concorrentes que apresentarem os documentos em pastas compactadas proceder à assinatura destas, mas também à assinatura individualizada de todos aqueles documentos, isto sob pena de exclusão das respetivas propostas ao abrigo do disposto no artigo 146º, n.º 2, alínea I), do CCP.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, de acordo com o previsto no art.º. 59º do CCP.



Cláusula 10.ª

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham deverão ser apresentados até às 17H00 do 45.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República, na plataforma eletrónica em www.acingov.pt.
2. Sempre que a data limite para entrega das propostas ocorra aos sábados, domingos e feriados, a entrega das mesmas realizar-se-á no dia útil imediatamente a seguir ao indicado mantendo-se a hora definida para apresentação de propostas.

Cláusula 11.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de sessenta e seis (66) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Cláusula 12.ª

Preço Base

1. Para efeitos do presente procedimento entende-se por preço base anual, o “preço máximo” (de acordo com a expressão utilizada no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos).
2. O preço base anual é de € 249.031,50 (duzentos e quarenta e nove mil e trinta e um euros e cinquenta cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal.
3. O fornecimento objeto do contrato a celebrar, no âmbito do presente procedimento, terá como elementos de referência, para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, os valores de consumo anual estimados de:
 - a) Gasóleo: 140.000 litros;
 - b) Gasolina sem chumbo (95 octanas): 7.000 litros;
 - c) Gasolina sem chumbo (98 octanas): 3.500 litros;
 - d) AdBlue: 4.000 litros.

Cláusula 13.ª

Preço anormalmente baixo

Não é definido preço anormalmente baixo no presente Procedimento.

Cláusula 14.ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação corresponde a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço.



2. No caso de igualdade de propostas, será marcado sorteio para desempate das mesmas, sendo os concorrentes convocados para o mesmo, via Plataforma AcinGov, com a antecedência mínima de dois dias úteis.

Cláusula 15.ª

Negociações

As propostas admitidas não serão objeto de negociação.

Cláusula 16.ª

Leilão Eletrónico

As propostas não serão objeto de leilão eletrónico.

Cláusula 17.ª

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de dez (10) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação ou disponibilização de acesso para consulta online, referidos no nº 1 do art.º 81.º do CCP:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa do Procedimento (cfr. Anexo II do CCP);
- b) Certificado que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos e para efeitos do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos.
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- e) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- f) Certidão do registo comercial - ou disponibilização do código de acesso para a consulta online, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



g) Código do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), conforme Lei 89/2017 de 21/8 e demais alterações.

2. A adjudicação caduca se o adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, não apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de dez (10) dias a contar da notificação da adjudicação.

3. Caso se verifique o facto que determinará a caducidade da adjudicação, nos termos do número anterior, o adjudicatário será notificado relativamente a esse facto, sendo concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

4. Se a situação prevista no n.º 2 do presente artigo, de verificar por facto não imputável ao adjudicatário será concedido um prazo adicional de três (3) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena da caducidade da adjudicação.

5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do n.º 1 supra, será concedido um prazo adicional de três (3) dias destinado ao seu suprimento.

Cláusula 18.ª

Caução

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, terá o valor de 5% do valor do contrato, com exclusão do IVA, e deve ser prestada:

a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Vimágua, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa, que dele faz parte integrante;

b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

2. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Cláusula 19.ª

Possibilidade de Ajuste Direto

Não será adotado o ajuste direto do presente fornecimento.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente regulamentado no presente Programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, e respetiva regulamentação.



ANEXO I

MODELO DE DETERMINAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA

1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada por uma avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, conforme alínea b) do número 1, do artigo 74º do CCP.

2 - O Preço da Proposta em Análise (PPA) será calculado da seguinte forma:

$$P = [QG \times (TRG-DG) + QG95 \times (TRG95-DG95) + QG98 \times (TRG98-DG98) + QAB \times (TRAB-DAB)]$$

P – Preço da proposta.

QG – Quantidade estimada (litros) de gasóleo rodoviário

TRG – Preço médio (média simples dos preços diários) de tabela de referência do fornecedor no mês de calendário anterior à data limite para apresentação das propostas por litro de gasóleo rodoviário.

DG – Desconto proposto para o gasóleo rodoviário – conforme Anexo VI ao Programa do concurso - “Modelo de Proposta”.

QG95 – Quantidade estimada (litros) de gasolina sem chumbo de 95 octanas.

TRG95 – Preço médio (média simples dos preços diários) de tabela de referência do fornecedor no mês de calendário anterior à data limite para apresentação das propostas por litro de gasolina sem chumbo de 95 octanas.

DG95 – Desconto proposto para a gasolina sem chumbo de 95 octanas – conforme Anexo VI ao Programa do concurso - “Modelo de Proposta”.

QG98 – Quantidade estimada (litros) de gasolina sem chumbo de 98 octanas.

TRG98 – Preço médio (média simples dos preços diários) de tabela de referência do fornecedor no mês de calendário anterior à data limite para apresentação das propostas por litro de gasolina sem chumbo de 98 octanas.

DG98 – Desconto proposto para a gasolina sem chumbo de 98 octanas – conforme Anexo VI ao Programa do concurso - “Modelo de Proposta”.

QAB – Quantidade estimada (litros) de AdBlue.

TRAB – Preço médio (média simples dos preços diários) de tabela de referência do fornecedor no mês de calendário anterior à data limite para apresentação das propostas por litro de AdBlue.

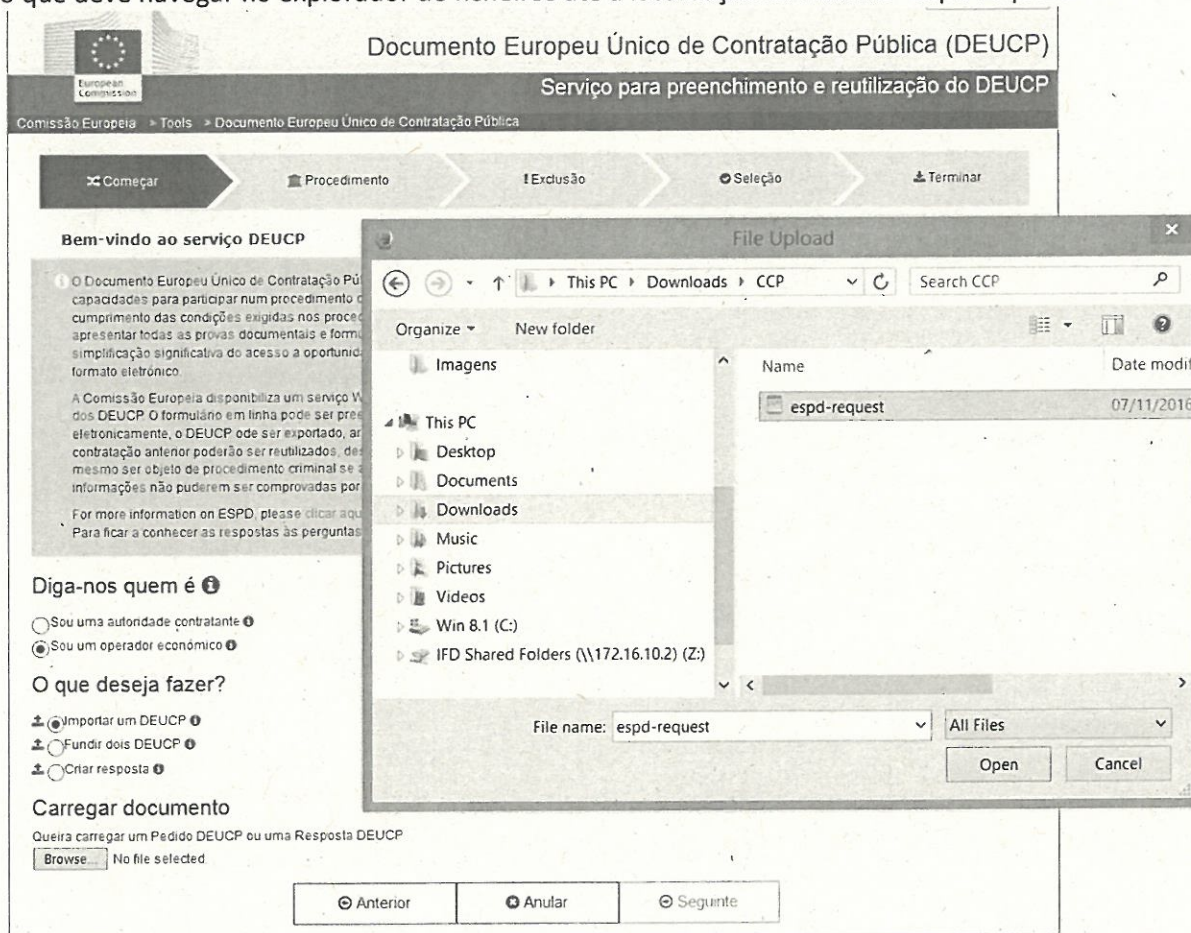
DAB – Desconto proposto para o AdBlue – conforme Anexo VI ao Programa do concurso - “Modelo de Proposta”.

Filipe

ANEXO II

1. O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>.

2. Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espd-request.xml”.



3. Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”

Carregar documento

Queira carregar um Pedido DEUCP ou uma Resposta DEUCP

Browse... espd-request.xml

Onde está localizada a sua empresa?

Selecionar país Portugal

4. Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.

5. Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.



6. Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco α [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”.
7. Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espd-response.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação “DEUCP.pdf”
8. Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.



ANEXO III
DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ...(data), ...[assinatura ⁽⁵⁾]

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO IV
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



ANEXO V
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento, nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à identidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

“Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético”

1.F. _____ (firma e sede ou nome e morada), representado(a) pelo seu gerente/administrador/procurador/representante comum _____ (nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao procedimento Concurso Público N.º 07/2023/BS que tem por objeto o fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético, obriga-se a cumpri-lo integralmente, em conformidade com os termos e condições previstas no caderno de encargos pelo preço total de € (extenso -----), calculado de acordo com as regras e quantidades previstas no procedimento e preços unitários abaixo indicados.

2. O prazo de validade da proposta é de 66 dias (sessenta e seis dias).

3. Os descontos propostos, por tipo de combustível, para o fornecimento de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público, são os constantes do quadro infra.

Combustíveis	Previsão de consumo (litros / 1 ano)	Proposta de descontos (Euros por litro, valor arredondado à quarta casa decimal)
Gasóleo rodoviário	140.000	
Gasolina s/ chumbo 95	7.000	
Gasolina s/ chumbo 98	3.500	
AdBlue	4.000	

4. Aos valores propostos acresce Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.

5. Aos descontos propostos acresce Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.

6. A tabela de referência dos preços diários dos combustíveis nos postos de abastecimento público no mês de calendário anterior ao de apresentação da proposta é a seguinte:



Preço diário dos combustíveis nos postos de abastecimento públicos (Euros por litro, valor arredondado à quarta casa decimal)				
Mês anterior	Gasóleo rodoviário (valor por litro s/ IVA)	Gasolina s/ chumbo 95 (valor por litro s/ IVA)	Gasolina s/ chumbo 98 (valor por litro s/ IVA)	AdBlue
Dia 1				
Dia 2				
Dia 3				
Dia 4				
Dia 5				
...				
Dia 31				

...

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]